

Sumário

ARTIGOS DOUTRINÁRIOS

<i>O anteprojeto de lei que cria os novos Tribunais Regionais Federais e a desnecessidade de participação do CNJ no trâmite do processo legislativo</i> Ronaldo José da Silva.....	17
<i>Fornecimento de medicamentos: a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal após a audiência pública nº 4</i> Sílvia Melo da Matta	35
<i>O foro privilegiado na França</i> Paulo Gustavo Guedes Fontes	49
<i>Minimalismo judicial – conceitos e reflexões</i> Eliana Borges de Mello Marcelo	59
<i>Reforma judicial: breves notas sobre la malograda “democratización de la justicia” y sobre el recorrido de la ley 26.855 de reformas al consejo de la magistratura de la República Argentina</i> Carlos Daniel Luque	79

JURISPRUDÊNCIA EM DESTAQUE

<i>Seguro desemprego. Rescisão de contrato de trabalho. Homologação por sentença arbitral. Possibilidade.</i> Ag AMS 0006915-30.2010.4.03.6100 Relator Desembargador Federal Baptista Pereira	89
---	----

COMENTÁRIOS

Fabiano Lopes Carraro	97
Louise Vilela Leite Filgueiras Borer	103
Luciana Faisca Nahas	113
Raquel Fernandez Perrini.....	121
Selma Lemes	129

JURISPRUDÊNCIA

DIREITO ADMINISTRATIVO

Responsabilidade civil do Estado. Exílio por motivos políticos no período de ditadura militar. Prescrição. Inocorrência. Fato lesivo, dano moral e nexos causal comprovados. Valor da indenização.

AC 0003151-75.2006.4.03.6100

Desembargador Federal André Nabarrete 143

Segurança da navegação. Hidrovia Tietê-Paraná. Auto de infração. Transposição de ponte. Desmembramento de comboio. Extensão da pena: razoabilidade e proporcionalidade.

AC 0006059-47.2007.4.03.6108

Desembargador Federal Mairan Maia 161

Medida cautelar preparatória de Ação Civil Pública. Improbidade administrativa. Prorrogação de contrato. Fornecimento de material didático para o município de Taubaté. Interesse do FNDE na lide. Repasse de verbas federais ao município. Competência da Justiça Federal. Irregularidades.

AC 0000521-75.2009.4.03.6121

Desembargador Federal Márcio Moraes 170

Mandado de Segurança Coletivo. Conselho Regional de Farmácia. Assistência de técnico responsável inscrito no CRF em empresas e/ou distribuidoras que comercializam produtos correlatos. Inexistência de obrigatoriedade.

Ag AMS 0015678-54.2009.4.03.6100

Desembargador Federal Nelton dos Santos 186

Concurso público. Experiência profissional advinda de estágio. Possibilidade. Ausência de proibição do edital.

AMS 0016004-09.2012.4.03.6100

Juiz Federal Convocado Ciro Brandani 191

Auto de infração. Multa. INMETRO. Atos normativos infralegais. Validade. Comercialização. Irregularidade. Produto para o mercado de consumo. Responsabilidade objetiva.

AC 0021165-97.2012.4.03.6100

Desembargadora Federal Consuelo Yoshida 194

Servidor público. Remoção para acompanhamento de companheira.

AI 0027226-04.2013.4.03.0000

Desembargador Federal Luiz Stefanini 202

DIREITO CIVIL

Propriedade intelectual. Normas técnicas da ABNT. Aplicação do regime de direitos autorais. Impossibilidade. Normalização voluntária. Simples colaboração de associação civil. Incorporação por regulamento técnico. Ganho de juridicidade. Conhecimento tecnológico. Inaplicabilidade da Lei nº 9.610/1998.

AC 0010071-65.2006.4.03.6100

Desembargador Federal Antonio Cedenho.....209

DIREITO CONSTITUCIONAL

Opção de nacionalidade. Pedido administrativo prévio. Desnecessidade.

AC 0001025-88.2013.4.03.6138

Desembargadora Federal Marli Ferreira 219

Pedido de suspensão de medida liminar. Ação de manutenção cumulada com reintegração de posse. Comunidade indígena. Incêndio em acampamento. Condições desumanas de sobrevivência. Conflito potencial. Obrigação dos órgãos públicos de finalizar o procedimento administrativo de estudo antropológico e providenciar condições dignas para os indígenas. SuExSe 0004038-45.2014.4.03.0000

Desembargador Federal Fábio Prieto222

DIREITO PENAL

Abandono do processo. Multa. Falsificação de documento público. Falsificação grosseira. Resultado danoso. Crime impossível. Dosimetria da pena. Pena-base. Atenuante da confissão espontânea. Preponderância da agravante. Continuidade delitiva.

ACr 0006455-20.2009.4.03.6119

Desembargador Federal André Nekatschalow229

Uso de documento falso. Certidão de quitação eleitoral para fins de obtenção de passaporte. Falsificação grosseira. Crime impossível. Ineficácia absoluta do meio.

ACr 0001083-10.2010.4.03.6102

Desembargador Federal Paulo Fontes242

Tráfico transnacional de drogas. Insubordinação à ordem policial para parar o veículo (fuga). Autodefesa. Crime de desobediência. Inadequação. Circunstância judicial desfavorável. Impossibilidade. Neutralização da preponderância do artigo 42 da Lei nº 11.343/2006 pela atenuante da confissão espontânea.

ACr 0002216-53.2011.4.03.6005

Juiz Federal Convocado Fernão Pompêo.....246

Crime contra a administração pública. Concussão. Presença de justa causa. Tipicidade em tese das condutas. Nexo entre a condição especial de agente público e a exigência descrita na exordial. Vantagem indevida.

RSE 0003229-44.2011.4.03.6181

Desembargador Federal Cotrim Guimarães..... 254

Tráfico internacional de droga, arma e munição de uso restrito e importação de medicamento falsificado. Coação moral irresistível. “Batedor” não caracteriza participação de menor importância. Perdimento dos veículos.

ACr 0007437-32.2011.4.03.6000

Desembargador Federal José Lunardelli.....260

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Mandado de segurança. Atividade concomitante. Ausência de contribuição em relação a uma atividade. Certidão. Contagem recíproca. Expedição. Possibilidade.

AMS 0007850-48.2007.4.03.6109

Desembargador Federal Walter do Amaral..... 295

Aposentadoria por invalidez ou auxílio-doença. AIDS. Não preenchidos os requisitos legais. Decisão fundamentada.

Ag AC 0008317-91.2007.4.03.6120

Desembargadora Federal Tânia Marangoni.....298

Revisão de benefício previdenciário. Decadência. Repercussão geral no Supremo Tribunal Federal. Efeitos infringentes. Embargos acolhidos.

EDcl REO 0001580-09.2009.4.03.6183

Desembargador Federal Souza Ribeiro304

Benefício assistencial. Estrangeiro não naturalizado. Possibilidade.

Ag AMS 0000397-30.2011.4.03.6119

Desembargadora Federal Lucia Ursaia..... 308

Ação Rescisória. Inépcia da inicial. Acolhida em parte. Preliminar. Impossibilidade jurídica do pedido. Rejeição. Coisa julgada. Violação e lei. Ocorrência. Aposentadoria por idade. Carência. Suficiente.

AR 0008933-54.2011.4.03.0000

Desembargador Federal Nelson Bernardes 312

Revisão de benefício previdenciário. Aposentadoria especial. Alteração no teto dos benefícios do regime geral de previdência. Reflexos nos benefícios concedidos antes da alteração. Emendas constitucionais nºs 20/1998 e 41/2003. Correção monetária. Juros de mora.

Ag AC 0011500-36.2011.4.03.6183

Desembargadora Federal Cecilia Mello324

Aposentadoria por invalidez. Transtorno afetivo unipolar depressivo crônico. Requisitos legais não preenchidos. Falta qualidade de segurado.

AC 0000030-75.2012.4.03.6117

Desembargador Federal Marcelo Saraiva.....332

Aposentadoria por tempo de serviço. Motorista de caminhão autônomo. Farto conjunto probatório. Recolhimento das contribuições previdenciárias pertinentes. Atividade especial reconhecida.

AR 0030897-69.2012.4.03.0000

Desembargador Federal Sérgio Nascimento335

Auxílio-doença. Trabalho remunerado para subsistência no período das parcelas devidas e em execução. Benefício devido.

Ag AC 0039616-16.2012.4.03.9999

Desembargadora Federal Marisa Santos.....342

Aposentadoria por invalidez ou auxílio doença. Ausência de incapacidade.

Ag AC 0002511-83.2013.4.03.6114

Desembargador Federal Newton De Lucca 347

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Aposentadoria por idade rural. Recurso de apelação. Intempestivo. Procurador autárquico regularmente intimado para audiência de instrução e julgamento. Leitura da sentença em audiência. Termo inicial do prazo para recorrer.

Ag AC 0037905-54.2004.4.03.9999

Desembargador Federal David Dantas.....353

Conflito Negativo de Competência. Pedido de condenação do INSS ao pagamento de danos morais em razão da não concessão de benefício previdenciário no tempo devido. Inexistência de cumulação com a pretensão de concessão de aposentadoria. Causas autônomas. Caráter indenizatório do pleito formulado. Natureza administrativa da demanda. Competência da 4ª Turma (2ª Seção).

CC 0026422-70.2012.4.03.0000

Desembargadora Federal Therezinha Cazerta356

Conflito Negativo de Competência. Agravo. Art. 120, parágrafo único, do CPC. Recurso interposto pelo juízo suscitado. Ilegitimidade. Juízo de direito de vara distrital. Inaplicabilidade da delegação de competência prevista no art. 109, § 3º, da Constituição da República.

CC 0009343-44.2013.4.03.0000

Desembargador Federal Toru Yamamoto 367

Ação Ordinária promovida contra o INSS. Representação “ad juditia” por advogado credenciado. Execução do julgado. Honorários advocatícios. Ilegitimidade do advogado credenciado.

AI 0012979-18.2013.4.03.0000

Desembargadora Federal Alda Basto..... 377

Falecimento da autora no curso do processo. Habilitação de suposto companheiro. Comprovação de união estável. Necessidade de ajuizamento de demanda autônoma.

Ag AI 0025743-36.2013.4.03.0000

Desembargador Federal Fausto De Sanctis..... 381

Mandado de Segurança. Interposição em face da decisão que converteu o Agravo de Instrumento em Agravo Retido. Inadmissibilidade.

MS 0027564-75.2013.4.03.0000

Desembargadora Federal Salette Nascimento..... 385

Conflito de Competência entre Juizados. Competência deste Tribunal para dirimi-lo. Instalação de Juizado Especial no domicílio do autor. Redistribuição de processos entre Juizados. Possibilidade.

CC 0002824-19.2014.4.03.0000

Desembargadora Federal Daldice Santana..... 393

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Tráfico internacional de drogas. Associação para o tráfico. Preliminar de nulidade do processo: necessidade de vinda aos autos da Ação Penal do inteiro teor das investigações preliminares.

ACr 0003281-74.2010.4.03.6181

Juiz Federal Convocado Márcio Mesquita..... 399

Crimes contra a honra. Morte do querelante. Ausência de sucessores interessados no feito. Rejeição da queixa-crime.

Pet 0001739-03.2011.4.03.0000

Desembargador Federal Peixoto Junior 405

Agravo em Execução. Visita íntima. Portaria nº 1.190/2008. Discricionariedade administrativa.

AgExPe 0028650-18.2012.4.03.0000

Juiz Federal Convocado Paulo Domingues 412

“Habeas Corpus”. Artigo 299 do CP. Alteração da capitulação jurídica indicada na denúncia. Artigos 383 e 384 do CPP. Afastado o trancamento da ação penal. Ordem denegada.

HC 0002282-98.2014.4.03.0000

Juiz Federal Convocado Hélio Nogueira..... 415

DIREITO TRABALHISTA

Anulatória. Multa trabalhista. Registro de empregados. Vínculo empregatício. Terceirização de mão de obra. Trabalho temporário. Descaracterização. Colheita de cana-de-açúcar. Atividade-fim. Inscrição no CADIN. Regularidade. Procedência da autuação.
 AC 0003832-14.2003.4.03.6112
 Juiz Federal Convocado Valdeci dos Santos..... 421

DIREITO TRIBUTÁRIO

REFIS. Adesão anterior à Lei nº 9.964/2000. Extinção da punibilidade. Recurso Especial admitido.
 REsp ACr 0004384.22.2002.4.03.6109
 Desembargadora Federal Cecília Marcondes 431

Importação de guindastes por empresa habilitada no programa “Reporto”. Equipamentos não liberados pela alfândega, por se destinarem à locação a terminais alfandegados. Inexigência de que os bens adquiridos com amparo no regime especial de importação sejam utilizados exclusivamente pelo beneficiário, proibida a posterior locação.
 AMS 0007472-78.2005.4.03.6104
 Desembargador Federal Johonsom di Salvo 435

Imposto sobre a renda. Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) e Hepatite C (hepatopatia grave). Complementação de aposentadoria. Isenção.
 ApelReex 0900602-04.2005.4.03.6100
 Desembargador Federal Nery Júnior..... 441

Embargos à Execução Fiscal. Multa ANP. Combustível adulterado. Posto autuado a ter adquirido gasolina de diversos distribuidores. Responsabilidade solidária do artigo 18 da Lei nº 9.847/1999, inaplicável à espécie, por ausente demonstração de nexo de causalidade.
 AC 0016471-41.2010.4.03.6105
 Juiz Federal Convocado Silva Neto.....446

Execução Fiscal. Medida Cautelar Fiscal. Sociedades empresárias prestadoras de serviço. Ausência de ativo permanente relevante. Circunstância excepcional. Indisponibilidade de bens não pertencentes ao ativo fixo. Possibilidade.
 AI 0000570-10.2013.4.03.0000
 Desembargadora Federal Mônica Nobre449

SENTENÇAS

Ação Penal. Lavagem de dinheiro. Crimes antecedentes. Quadrilha. Perseguição política.
 0008647-36.2006.4.03.6181
 Juiz Federal Marcelo Costenaro Cavali 457

<i>Tráfico internacional de pessoas. “Casa de prostituição”.</i> 0001445-79.2010.4.03.6112 Juiz Federal Bruno Santhiago Genovez.....	476
<i>Embargos à Execução Fiscal. Cobrança de multa pecuniária imposta pela Comissão de Valores Mobiliários. Preclusão. Prescrição. Competência da CVM. Dano. Nexo lógico entre a conduta e penalidade aplicada.</i> 0050508-23.2011.4.03.6182 Juiz Federal Erik Frederico Gramstrup	483
<i>Depósito de crédito tributário constituído em processo administrativo. Declaração da existência de depósito integral. Declaração que possui os mesmos efeitos do pagamento.</i> 0007146-26.2012.4.03.6120 Juíza Federal Vera Cecília de Arantes Fernandes Costa.....	497
<i>Embargos de Declaração. Omissão em relação ao pedido de suspensão do processo. Contradição quanto ao pedido principal de depósito judicial.</i> 0007146-26.2012.4.03.6120 Juíza Federal Vera Cecília de Arantes Fernandes Costa.....	503
<i>CEF. Programa de Arrendamento Residencial. Cessão de direitos (contrato de gaveta). Lei nº 12.424/2011.</i> 0007256-49.2012.4.03.6112 Juiz Federal Cláudio de Paula dos Santos	505
<i>Mandado de Segurança. Não incidência de imposto de renda sobre a parcela de juros moratórios recebidos em razão de ação impetrada visando incorporar a sua remuneração de servidora pública federal os valores equivalentes ao percentual de 11,98% de reajuste.</i> 0008215-65.2012.4.03.6000 Juiz Federal Renato Toniasso	518
<i>Lei nº 12.527/2011. Disponibilização no site do TCU de relação nominal de servidores do tribunal e suas respectivas remunerações. Ação proposta para retirada do nome de servidora. Publicidade de subsídio. Informação pessoal.</i> 0002703-37.2013.4.03.6301 Juíza Federal Monica Aparecida Bonavina Camargo	524
<i>Protesto de certidão de dívida ativa. Cobrança de débito relativo a tributo federal. Lei nº 9.492/1997 alterada pela Lei nº 12.767/2012. Sanção política.</i> 0000171-81.2014.4.03.6325 Juiz Federal Claudio Roberto Canata	530

Desaposentação. Renúncia de benefício percebido. Concessão de novo benefício com a utilização do mesmo tempo de contribuição computado anteriormente. Restituição dos valores recebidos a título de aposentadoria anterior.

0008418-26.2014.4.03.6301

Juiz Federal Nilson Martins Lopes Junior..... 545

SÚMULAS 565

